

PROJETO DE LEI Nº , DE 2007
(Do Sr. Mendonça Prado)

Determina o pagamento de indenização pelo Estado e concede isenção de imposto de renda para a vítima e seus familiares, nas condições que estabelece.

Art. 1º As vítimas de atos de violência, praticados por agentes públicos ou não, seus cônjuges ou seus dependentes terão direito aos seguintes benefícios:

I – no caso de morte ou invalidez permanente:

a) indenização cujo montante será igual ao valor médio dos rendimentos mensais auferidos nos últimos vinte e quatro meses multiplicado pelo número de meses, correspondente à diferença, em meses, entre a idade em que se deu o sinistro e a expectativa média de vida do brasileiro;

b) isenção de imposto de renda sobre o rendimento auferido pelo cônjuge sobrevivente e dependentes, durante os primeiros cinco anos contados da data em que se deu a morte ou a invalidez permanente; redução em cinquenta por cento da alíquota de imposto de renda aplicável sobre o valor da aposentadoria ou pensão do falecido, a partir do mês seguinte àquele no qual se completar o sexto ano da data em que se deu a morte ou a invalidez permanente;

II – no caso de incapacidade física temporária:

a) indenização cujo montante será igual ao valor médio dos rendimentos mensais auferidos nos últimos vinte e quatro meses multiplicado pelo número de meses de duração da incapacidade física;

b) redução em cinquenta por cento da alíquota de

imposto de renda aplicável sobre o valor da remuneração mensal ou do auxílio pecuniário que a vítima venha a perceber durante o período em que durar a incapacitação, se esse auxílio já não for totalmente isento de imposto de renda.

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal assegura, no art. 144, que a segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade dos cidadãos brasileiros, através dos órgãos competentes. Entretanto, o que visualizamos hoje é uma grande onda de violência que assola o país, vitimando crianças, jovens e adultos, causando total desamparo aos cidadãos brasileiros.

Em razão dessa violência desenfreada, uma série de famílias são expostas a situações de desespero quando vêm como vítima o responsável pela renda que garante a sua manutenção.

Embora o Código de Processo Penal preveja a indenização da vítima pelos responsáveis pelo ato ilícito, tal norma legal é inócua, pois, na maioria das vezes, não se consegue identificar ou prender o criminoso; ou quando se prende, ele não é condenado; ou se é condenado, não possui bens em seu nome que garanta a indenização prevista na lei.

Diante dessa situação, o Estado não pode se omitir, até porque grande parcela dessa violência decorre de sua inépcia, sua conivência ou mesmo, como constantemente os veículos de comunicação noticiam, do conluio de policiais, agentes políticos e membros do Judiciário com a criminalidade.

Em face dessa realidade, é necessário criar mecanismos adequados para assegurar, aos cidadãos e suas famílias alguns benefícios que possam efetivamente reduzir as dificuldades que eles e seus dependentes irão enfrentar pelo resto de suas vidas.

Com esse objetivo, se está apresentando um projeto de lei que assegure o pagamento de indenização pecuniária às vítimas da violência, seus cônjuges ou dependentes. Em complemento, se está também isentando ou reduzindo a incidência de imposto de renda sobre os rendimentos

que será auferidos pela vítima ou por seus dependentes para garantir um aumento de renda que lhes permita enfrentar essa nova situação.

Certo de que os ilustres Pares irão concordar com a importância das medidas ora propostas, espera-se contar com o apoio necessário para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 17 de Maio de 2007.

DEPUTADO MENDONÇA PRADO